

# *A timoridade* pela língua portuguesa: o caso do Externato de São José durante a ocupação indonésia

ÂNGELO FERREIRA  
ANTÓNIO NETO-MENDES

Universidade de Aveiro | CIDTFF

«Nós não somos do século d'inventar as palavras.  
As palavras já foram inventadas. Nós somos do  
século d'inventar outra vez as palavras que já foram  
inventadas.»

Almada Negreiros, *in* «A Invenção do Dia Claro»

*À memória do Padre Leão da Costa*

## **Uma escola contra a *indonesiação* do “Timor Português”**

Poderá dizer-se que Timor-Leste esteve sob a influência de Portugal durante séculos<sup>1</sup>, com interregno durante a ocupação japonesa na II Grande Guerra, apesar do estatuto de neutralidade então assumido por Portugal. Em dezembro de 1975, aquela ainda província ultramarina portuguesa (para o direito internacional) foi invadida pela Indonésia, interrompendo-se abruptamente o processo de autonomização em curso, no seguimento do 25 de abril de 1974, que previa a realização de eleições democráticas e a entrega do poder aos locais, tudo isto num contexto conturbado, que conciliou, entre outros fatores, o cenário local

---

<sup>1</sup> Em 2015 o Estado timorense comemorou 500 anos de “encontro de civilizações”, considerando 1515 o ano da chegada dos portugueses a Timor.

de uma guerra civil e o clima internacional de Guerra Fria, conjugando ainda os interesses da Indonésia com os de países aliados, como a Austrália e os Estados Unidos da América, para colocar travão à potencial escalada do comunismo na região, que um dos partidos maioritários então aparentemente representava<sup>2</sup> (Barbedo de Magalhães, 1999).

As questões da identidade nacional timorense colocaram-se de forma inequívoca para a elite política, suscitadas por aspirações internas<sup>3</sup> e pelo próprio processo político iniciado em Portugal de independência das antigas colónias e de descolonização desses territórios, até pela formação de associações político-partidárias às quais essas questões foram inevitáveis. Nessa altura, apesar da diversidade linguística existente<sup>4</sup>, a maioria da população dos diferentes distritos (e grupos etnolinguísticos) comunicava razoavelmente em tétum praça (ou tétum Díli), língua franca que divide o léxico entre o tétum antigo e o português. Entre a classe política que então se organizava, embora inequívoca e abertamente contra o colonialismo, a língua portuguesa não era rejeitada, pelo contrário, constituindo um elemento central da afirmação identitária: “É muito significativo que [...] o regime da Fretilin durante 1975, apesar de ser crítico em relação ao colonialismo salazarista, continuou a valorizar a língua portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional de Timor-Leste. Mesmo a minoritária Apodeti<sup>5</sup>, que visava a integração com a Indonésia, retinha nos seus estatutos o uso oficial do português” (Hull, 2001, pp. 36-37).

Porém, a antecâmara da afirmação nacional desaguou numa guerra civil fratricida, seguida da invasão indonésia, primeiro militar e depois cultural. Foram precisos 24 anos de luta armada, clandestina e diplomática para que a “metade oriental” da ilha, há muito conhecida nos Atlas como *Timor Português*, concluísse o seu processo de autodeterminação através de um referendo sob auspícios da ONU, realizado em 30 de agosto de 1999, com 78,5% dos timorenses a ditar a independência face à Indonésia, o que viria a formalizar-se a 20 de maio de 2002. Dois meses antes, a Assembleia Constituinte aprovara a Constituição da República Democrática de Timor-Leste (2002), que assumia, a par com o tétum, a língua portuguesa como oficial, reiterando posições antigas.

Durante a ocupação, a língua portuguesa e os vestígios das relações com a cultura de origem portuguesa foram perseguidos, conforme nos evidencia Guterres (2014, pp. 361-62) no seu livro autobiográfico “Timor: Paraíso Violentado”: “Em determinados dias, os militares indonésios faziam rusgas

<sup>2</sup> A FRETILIN – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente era um partido visto como tendo inclinação marxista, embora tivesse resultado da Associação Social Democrata Timorense, conforme se pode verificar em, por exemplo, Mattoso (2005), Araújo & Gonçalves (2012) ou Pires (2013).

<sup>3</sup> A existência de um nacionalismo timorense anterior a esta data tem sido referida. De qualquer modo, a questão identitária que nos interessa conhecer e compreender, desde logo pelo objeto de estudo, relaciona-se com o período pós-colonial português e de afirmação de um estado independente interrompido pela invasão indonésia.

<sup>4</sup> Para melhor entendimento da questão linguística em Timor-Leste ver Thomaz, L. F. F. R. (2002). *Babel Loro Sa'e: O Problema Linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Camões.

<sup>5</sup> A APODETI - Associação Popular Democrática Timorense era favorável ao português como língua oficial, assim como todos os outros partidos existentes em 1974/75 (Mattoso, 2005; Araújo & Gonçalves, 2012; Pires, 2013).

[...] revistando malas, armários de roupas e da cozinha, quartos. Examinavam os cartões de identidade. Os suspeitos eram presos sem mandato ou descrição de culpa [...] Destruíam livros portugueses, cassetes com músicas portuguesas e fotografias de timorenses com amigos e colegas portugueses”. Além disso, o esforço educativo do Estado foi para *indonesiar* o povo timorense, tornando obrigatória a aprendizagem do indonésio e do *Pancasila*, com base num currículo e materiais didáticos iguais aos das outras províncias, seguindo uma estratégia do governo de Jacarta para assegurar a unidade, conforme determinação da Constituição de 1945 e do próprio *Pancasila*<sup>6</sup> (Beck, 2008; Ximenes Belo, 2008; Jerónimo, 2011). A Igreja Católica – que sempre teve, desde a chegada dos portugueses, um papel relevante na Educação<sup>7</sup>, em boa parte ligada à missionação, inicialmente pelos dominicanos, tendo estes aberto logo “escolas rudimentares nos reinos, junto das capelas e igrejas, que não eram senão barracões cobertos com colmos de palmeiras ou coqueiros ou de capim” (Ximenes Belo, 2008; Ximenes Belo, 2014) – nunca abandonou o ensino, embora, depois da invasão, a maioria das suas escolas tivesse adoptado o currículo formal indonésio, ensinando maioritariamente em língua indonésia. Assim, no período entre 1976 e 1999, “o ensino da Língua Portuguesa foi banido, com exceção do Externato de São José [escola diocesana], que funcionou até 1992, altura em que foi dada ordem de encerramento. A Diocese de Díli, contudo, publicava os seus documentos (quer da Câmara Eclesiástica ou do Paço Episcopal) em português, a guerrilha comunicava em português e mesmo nalgumas repartições do Estado, poucos timorenses, comunicavam informalmente em português. Houve mesmo casos em que os jovens eram agredidos por saudar os clérigos com um “Bom-dia, senhor padre!” (Ximenes Belo, 2008). O Externato de São José, que seguia o *Curriculum* Liceal Português do 1.º ao 7.º ano, já com algumas adequações pós 25 de abril<sup>8</sup>, sendo as aulas dadas “pelos infatigáveis PP. Leão da Costa e Domingos da Cunha, coadjuvados pelo PP. Martins e Felgueiras, as religiosas Canossianas, Irmã Rosa Sarmento, Irmã Filomena Soares e pela Irmã Estrella, Carmelita, assim como diversos leigos competentes”, terá sido seguramente “uma aventura e uma enorme ousadia iniciar<sup>9</sup> uma escola onde se leccionava tudo em português, no ano de 1977<sup>10</sup>, remando contra a corrente e a ordem estabelecida pelos indonésios que impunham a língua indonésia nos

<sup>6</sup> Pancasila - fundação filosófica e constitucional do Estado Indonésio; palavra com origem em duas palavras do sânscrito: panca – cinco; sila – princípio (nacionalismo, internacionalismo, democracia, prosperidade social e crença em Deus). Para saber mais ver, por exemplo: <<https://www.britannica.com/topic/Pancasila>>

<sup>7</sup> O papel da Igreja Católica durante a ocupação é reconhecido na Constituição da República Democrática de Timor-Leste (ACRDITL, 2002): “A Resistência desdobrou-se em três frentes. [...] as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) [...] acção da frente clandestina [...] frente diplomática, conjugadamente desenvolvida em todo o Mundo [...] Na sua vertente cultural e humana, a Igreja Católica em Timor-Leste sempre soube assumir com dignidade o sofrimento de todo o Povo, colocando-se ao seu lado na defesa dos seus mais elementares direitos”.

<sup>8</sup> Conforme conversa com o seu fundador e primeiro diretor, padre Leão da Costa, em maio de 2014.

<sup>9</sup> Embora já tivesse existido uma escola durante a administração portuguesa com aquele nome, que nos últimos anos havia tido como diretor aquele que viria a ser o fundador e diretor do novo Externato de São José (Padre Leão da Costa), é evidente que se tratava de um projeto educativo totalmente novo, num distinto contexto. Até fisicamente a nova escola se foi desenvolvendo em espaços distintos, sem qualquer relação com as antigas instalações. A decisão de usar a antiga designação serviu para garantir, perante as novas autoridades, as necessárias autorizações de funcionamento, ainda que nos moldes antigos, o que provavelmente não seria realizável para abrir uma escola nova a ensinar em língua portuguesa (Costa, 2014).

<sup>10</sup> Alguns dos antigos alunos e professores situam o início das atividades no ano de 1976, embora não tenha sido ainda possível encontrar fonte documental.

domínios: escolar, administrativo, social” (Felgueiras & Martins, 2006, pp. 88-89). Permitimo-nos especular que, além da corajosa desobediência de professores, famílias e estudantes, essa ousadia terá sido possível também em parte pelo facto de a Igreja timorense apenas responder perante o Vaticano, estado com o qual a Indonésia mantinha boas relações.

Conforme sublinham Felgueiras e Martins (2006, p. 89), “O Externato de S. José foi uma obra que ainda não foi devidamente apreciada até aos momentos atuais. Se o Externato de S. José não tivesse caminhado durante anos entre dificuldades de todo o género, hoje não tínhamos timorenses competentes e bem formados que ocupam lugares importantes na sociedade timorense, como Ministros, Reitores de Universidades, etc. Devido à dificuldade de comunicação, Portugal não apoiou devidamente esta escola [que foi] até ao ano de 1992, o último reduto do ensino e cultura portuguesa em Timor. [...] Devemos, talvez, esperar mais alguns anos para que as Instituições e Governos deem o devido valor a esta escola para a formação dos jovens timorenses e a preservação da língua e cultura portuguesa em Timor”.

Quando questionado sobre quais os objetivos do novo Externato de São José, o seu fundador logo tornou claro que se tratava de fazer algo urgente para resistir à ocupação cultural indonésia, definindo-o como “uma escola católica, nacionalista e lusófona” (Costa, 2014). Felgueiras (2001), que foi professor, já havia afirmado algo semelhante: “Foi um «milagre» que tivéssemos conseguido manter tantos anos esta escola de formação lusófona, cristã e nacionalista”. Num artigo de opinião, Costa (2004) sublinhava ter sido objetivo da escola, desde o início da ocupação, entre outros, defender e ensinar o português como arma de defesa da identidade cultural do povo, pois via-a como “Língua evoluída e global, de manuseio entranhado, que ilumine, que engrandeça e eternize o povo com a sua poesia, usos e costumes, a sua luta, numa palavra: a sua história” (Costa, s/d).

Estas referências a que fomos acedendo, sobretudo as que fomos ouvindo (as escritas são muito escassas), parecem evidenciar que a luta do povo timorense contra a invasão e a ocupação ilegal da Indonésia, para além da frente militar, com a guerrilha nas montanhas, e diplomática, servindo-se das redes clandestinas, da diáspora e aliados, teve ainda uma “frente cultural” situada no Externato de São José. Por tudo isto, decidimos estudar o papel desta escola singular enquanto instrumento de defesa de uma determinada identidade (qual?), que educou muitos jovens que se notabilizaram na sociedade timorense, quer no passado na luta clandestina mais ativa pela independência, quer depois da independência na edificação do novo estado-nação. Neste artigo, que incide sobre parte da temática de um doutoramento em Educação sob o título “Escola, identidade e resistência em Timor. O caso do Externato de São José durante a ocupação indonésia”, procuramos identificar, em entrevistas semiestruturadas, o papel que antigos professores e estudantes atribuem à língua portuguesa na defesa e ou na construção de uma desejada identidade timorense (ou *timoridade*).

### Identidade cultural (nacional) – em torno da importância e do sentido

A questão das identidades culturais nacionais, e daquilo que as constitui ou molda, tem suscitado polémica, no meio académico e no espaço público, por razões de ordem conceptual e ideológica<sup>11</sup>, proporcional à importância que o tema tem para a compreensão das sociedades, da ação humana. Como referiu, entre outros, Jenkins (2004, p. 4), a identidade é um tópico que “é particularmente sedutor porque traz para a imaginação sociológica os dramas mundanos, os sonhos e as perplexidades da vida quotidiana. [...] a ‘identidade’, como um meta-conceito que tanto faz sentido individualmente quanto coletivamente, é estrategicamente significativa para o debate estrutura-ação na teoria social”. Por isso as questões da identidade são de interesse crescente nos domínios do conhecimento que têm procurado compreender quem somos e como nos relacionamos, com implicações, por exemplo, nos argumentos ligados à cultura ou à nacionalidade, num quadro também de posicionamentos ideológicos, ao que se junta ainda a dificuldade em definir o próprio conceito de identidade, considerado complicado e ambíguo (Fearon, 1999).

Neste contexto, talvez seja de considerar, como sugere Almeida (2002, p. 1), a declaração de Thomas Reid (1875, p. 377) sobre a identidade individual, embora concordemos que é a mesma coisa em termos fundamentais: “Se pedem uma definição de identidade, confesso que não posso dar nenhuma; é uma noção demasiado simples para admitir uma definição lógica: Posso dizer que é uma relação, mas não consigo encontrar palavras para expressar a diferença específica entre esta e outras relações, embora eu não corra o perigo de confundi-la com outra qualquer”.

A identidade está no centro das atenções no que concerne à questão das civilizações, das nacionalidades e das migrações, vista como crucial na gestão das relações políticas internacionais e internas, no modo como os povos (as culturas) se relacionam e procuram a paz, como refere Berenskoetter (2017, p. 3595) chamando a atenção para Hopf (1998, pp. 174-75), que considerava que as identidades eram necessárias “de forma a assegurar pelo menos algum nível de previsibilidade e ordem” [...], pois um “mundo sem identidades é um mundo de caos, um mundo de incerteza generalizada e irremediável, um mundo muito mais perigoso que a anarquia”. Berenskoetter (2017, p. 3607) sublinha ainda que, “se aceitarmos que existe uma ‘vontade de manifestar identidade’, então os processos pelos quais se definem as fronteiras, baseados em concepções do *Self*, como a identidade nacional, devem ser considerados uma dimensão central da política internacional”.

---

<sup>11</sup> As polémicas são vastas e não são todas para aqui chamadas, como, por exemplo, aquela que reside em torno de saber quem nasceu primeiro, se as identidades nacionais ou nações/estados. Ver, por exemplo: Smith, A. D. (2015). Nations Before Nationalism? Myth and symbolism in John Armstrong’s perspective. *Nations and Nationalism*, 21(1): 165-170; Gellner, E. (1993). *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva; Hobsbawm, E., & Ranger, T. (1984) (Orgs.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press; Smith, A. D. (2015). Biblical beliefs in the shaping of modern nations, *Nations and Nationalism*, 21(3): 403-422.

Vendo as identidades culturais, onde inclui a identidade nacional, como uma elaboração discursiva, uma forma de construir sentido, Hall (1996, pp. 611-13) refere que uma das principais fontes da identidade cultural são as culturas nacionais em que nascemos e que, quando nos definimos, em boa parte nos identificamos pela nacionalidade, embora isso corresponda a uma metáfora e não ao código genético, ainda que pensemos nas nacionalidades como parte da nossa natureza: “As culturas nacionais constroem identidades quando produzem sentidos sobre a ‘a nação’ com a qual nos podemos identificar; estes estão contidos nas histórias contadas sobre ela, memórias que ligam o seu presente com o seu passado, imagens que dela são elaboradas”. Para aludir ao reconhecimento transversal da identidade nacional no mundo moderno, o autor aponta o pensamento do conservador Roger Scruton e do liberal (no sentido americano do termo) Ernest Gellner, filósofos que têm refletido sobre a identidade.

Segundo Scruton (1980, p. 34), que prefere falar de sentimento nacional (e patriotismo), “A condição do homem exige que o indivíduo, enquanto existe e atua como um ser autónomo, o faz apenas porque se consegue identificar com algo maior – como membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de alguma disposição à qual pode não conseguir atribuir um nome, mas que ele reconhece instintivamente como lar”. Também Gellner (1993, p. 18) acredita que, sem essa identificação nacional, o sujeito moderno experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva. Contudo, “[t]er uma nacionalidade não é uma característica inata do ser humano, mas chega realmente a parecê-lo”, o que acaba também por ser a essência do problema do nacionalismo (enquanto ideologia).

Por tudo isto, é inevitável entrecruzar o tema da identidade nacional e o do nacionalismo, tão intimamente ligados, até porque a maior polémica que atravessa o espectro do debate académico e público sobre as identidades nacionais relaciona-se com a existência de visões mais extremistas do nacionalismo.

Nome proeminente nos estudos sobre nacionalismo, Smith (1979, p. x) afirmava que este parecia ser um fenómeno que se auto reproduzia, verificada a persistência do sistema mundial baseado em estados, apesar de todas as organizações supranacionais. Por se fundarem na incapacidade de compreender a sua importância, “as esperanças cosmopolitas de um desmoronamento precoce do nacionalismo estão condenadas à frustração”. Talvez não seja descabido aceitar que, “[d]e todas as visões e crenças que competem pelas lealdades humanas no mundo moderno, a mais generalizada e persistente é o ideal nacional” (Smith, 1979, p. 1), parecendo não haver esperança para “o desejo de dissolução do nacionalismo pelo qual rezaram fervorosamente os adeptos da utopia cosmopolita”. Na verdade, “a própria tentativa de erradicar o nacionalismo [...] ajuda a consolidá-lo ainda mais e a provocar o seu ressurgimento periódico, pelo que pareceria mais sensato e apropriado tentar viver com ele, domar os seus excessos através de reconhecimentos e legitimações mútuas, na medida em que tal seja admissível em determinadas áreas” (Smith, 1979, p. 196). Também Calhoun (1993, p. 235) e Mayall (1993, p. 145) sublinharam não ter surgido ainda outro princípio legitimador ou base da organização política do Estado

moderno capaz de transcender a ideia nacional. Esse ideal, o mais sólido baluarte da ordem política mundial, com base da identidade cultural nacional, “permanece amplamente atraente e eficaz, sendo sentida por muitas pessoas como forma de satisfazer as suas necessidades de realização cultural, enraizamento, segurança e fraternidade” (Smith, 1995, p. 159).

A identidade tem um lado luminoso e um lado sombrio, neste caso quando associada à ideia de essência, de superioridade e de subjugação, tendo já originado grandes atrocidades. Para não ir mais longe, olhemos as desgraças no século XX, como foram, por exemplo, a II Grande Guerra (em particular com o extermínio nazi de judeus), a imposição pela violência de todo o tipo de totalitarismos, a violência racial (sem diminuir qualquer outra, o *apartheid* na África do Sul ou o quase extermínio de indígenas na Austrália), as guerras internas em África depois das independências nacionais, ou a *jihad* islâmica, assentes em argumentos étnicos, religiosos ou ideológicos. A ação com base numa visão essencialista e imutável da identidade, seja biológica ou cultural, representa, como bem refere Gilroy (1997, pp. 310-15), “um recuo para dentro nas questões políticas e morais que a questão da identidade representa”, fazendo com que nada possa ser feito para evitar os conflitos, dado que “a diferença é sempre vista como uma ameaça que compromete e corrompe a identidade. A segurança, compreendida então como resultante da semelhança, apenas pode ser garantida por duas vias, pela separação ou pela subjugação”. Hobsbawm (1996, pp. 1066-67) também chama a atenção para esse perigo “etnocêntrico”, culpado de graves crimes contra a humanidade e de tentativas de limpeza étnica, num movimento absolutamente contra a realidade da maioria dos quase 200 estados existentes, em que pouco mais de uma dezena correspondem ao modelo de uma população étnica, cultural e linguisticamente homogênea, além de que, tal teria surpreendido os fundadores dos estados-nação originais, para os quais “a unidade da nação era política e não sócio-antropológica”.

Do lado luminoso, a identidade foi também o argumento forte a favor da libertação de grupos sociais oprimidos e mesmo da independência de povos, de que é exemplo a longa resistência dos timorenses pela sua própria identidade. Berque (1978, p. 12) veio evidenciar a sua importância na afirmação dos novos estados no norte de África, atravessando aqueles povos fases tão distintas como a colonização, a luta pela independência, a descolonização ou mesmo a pós-descolonização, mas sempre lutando por uma identidade própria. Ainda que quiséssemos ver a sua luta como uma luta de explorados contra exploradores, diz, isso não passaria de um eufemismo, pois aqueles povos estavam dispostos a morrer por algo mais, pela sua identidade coletiva.

Num mundo cheio de ambiguidade e fragmentação, onde as ideologias deixaram de dar sentido à empresa humana, Guibernau (1997, pp. 154-55) advoga que a força poderosa do nacionalismo “procede, acima de tudo, da sua habilidade em criar um senso de identidade”, uma consciência comum assente num mito de origem, numa cultura partilhada, na posse de um território e, se for viável, de uma língua, pois a “cultura facilita uma solidariedade específica, por meio da qual os indivíduos se relacionam consigo mesmos,

com os outros e com a natureza”. A utopia internacionalista do fim das nações, a preocupação com os desmandos nacionalistas e o “escândalo moral” com que é encarado por cientistas sociais o predomínio do nacionalismo conferem, segundo a autora, “proeminência aos nacionalismos que tentam impor os interesses cultural, económico e político de uma nação em detrimento de outras, mas ignoram absolutamente a substância nacional e moral das exigências nacionalistas de minorias que reclamam o direito de existir, ser respeitadas, desenvolver sua própria cultura e identidade”. Por outro lado, há quem não veja qualquer antagonismo entre a existência de diferentes identidades (e nações) e um concerto pacífico das nações<sup>12</sup>. Gellner (1993, pp. 12-13) assume mesmo a possibilidade de defesa do princípio nacionalista “num espírito ético e 'universalista’”, pois poderão existir “nacionalistas em abstrato, sem preferência por qualquer nacionalidade específica própria, apregoando generosamente a mesma doutrina a todas as nações”. O autor prefere distinguir nacionalismo como ideologia do nacionalismo como fenómeno (espécie de patriotismo), que não é apenas o resultado das “elucubrações de alguns filósofos” (Gellner, 1993, pp. 184-85).

O ressurgimento da ideia de nação terá surpreendido, afirma Castels (2010, p. 30), os observadores que a haviam declarado defunta por morte tripla, por asfixia às mãos da globalização da economia e das instituições políticas universais, por universalismo de uma cultura difundida e partilhada por todos, e pelo ataque erudito ao próprio conceito de nação, numa versão anti-nacionalista moderada, que declara a nação como apenas, por exemplo, “comunidades imaginadas” (Anderson, 1993) ou “invenções históricas arbitrárias” (Gellner, 1993).

Assim, convém reter o que afirma Lipiansky (1991, pp. 3-4): “a identidade é, em si mesma, antes de tudo, um fenómeno subjetivo; é acima de tudo uma imagem de si mesmo, que tem tanto de representação como de sentimento. Pertence menos ao campo da realidade do que ao das representações sociais, do mito, da ideologia”. Essa imagem, diz, está na base do sentimento de comunidade, da sua coesão, sendo estrutural, construindo-se no confronto com o outro, especialmente quando o outro pode ser uma ameaça à integridade da comunidade. Real, múltipla, vaga ou ilusória<sup>13</sup>, a “identificação coletiva evoca imagens poderosas de pessoas que são em alguns aspetos aparentemente semelhantes umas às

---

<sup>12</sup> A existência de diferentes culturas e, por isso, de distintas identidades culturais, foi reconhecida pelas Nações Unidas, em especial pela sua agência dedicada ao conhecimento (UNESCO), que tem formalmente a função preservar e valorizar as diferentes culturas, num ambiente consensualizado sobre o valor da diversidade e da coexistência pacífica. Como nos refere Seabra (1990, p. 89), esta tese teve na base o texto “Race et histoire” produzido por Claude Lévi-Strauss em 1952, não obstante haver quem julgue poder defender a existência de uma qualquer entidade original e pura. Lévi-Strauss (1987, p. 11-12) referia que um aspecto muito importante da vida da humanidade era, desde logo, que ela não se desenvolvia numa monotonia uniforme, mas através de sociedades e civilizações extraordinariamente diversificadas, havendo muito mais culturas humanas do que “raças” humanas: duas culturas desenvolvidas por pessoas da mesma “raça” podem diferir tanto ou mais do que duas culturas pertencentes a grupos racialmente distantes.

<sup>13</sup> Como sabemos, depois do fim da Guerra Fria e do mundo dividido em blocos ideológicos, ficou famosa a tese do “Choque de Civilizações” de Huntington (1999a; 1999b), que alertava que os conflitos passariam a acontecer com base em divisões identitárias. Sen (2008) contesta a divisão da humanidade em civilizações, considerando-a redutora e perigosa, sobretudo quando colocada a hipótese de conflito com base nelas. Não descartando a sua importância, até para a solidariedade, Sen (2015) alerta para dois erros comuns, a “desconsideração” da identidade ou a ideia de “filiação singular ou única”. Por isso devemos considerar, como Maalouf (2000), a complexidade da identidade pessoal, que pode encerrar múltiplas filiações culturais.



outras”, refere Jenkins (2004, p. 79), para quem tudo se fortalece com a necessária evocação simultânea da diferenciação, pois definir “nós” implica definir uma gama de “eles”, sendo na fronteira partilhada que descobrimos o que somos e não somos<sup>14</sup>.

### **Língua e identidade – algumas relações**

Para se diferenciarem do invasor, iniciaram os padres Leão da Costa e Domingos Cunha o Externato de São José, ensinando na língua do antigo colonizador, que era agora malvista e perseguida, mas que, afinal, e a pesar dos riscos, granjeava o apoio e a vontade de aprender de muitas famílias e jovens, remete-nos para uma análise sobre a importância e função da língua no quadro das identidades nacionais.

Referindo-se à importância das línguas, Steiner (1975, p. 232) diz que a separação das línguas permite aos distintos grupos que as falam manter em segredo as suas fontes de identidade herdadas e singulares, mantendo perspectivas distintas sobre a realidade e protegendo o caráter distintivo do grupo. Edwards (1985, pp. 16-17) diz que Steiner não está, naturalmente, sozinho naquela afirmação, defendendo que a língua pode ser um veículo de ocultação, sigilo e ficção. A ideia de a língua funcionar como ocultação pode parecer contrária à ideia da língua como comunicação, mas não, de todo, pois a comunicação é um fenómeno dentro do grupo, enquanto a ocultação é uma tentativa, através da língua, para manter inviolado o entendimento que o grupo tem do mundo. A língua pode ser muito importante no sentimento étnico ou nacionalista por causa do seu poderoso e visível simbolismo. De acordo com Edwards, Steiner (1975) quer dizer que o valor simbólico, as associações históricas e culturais que a língua acumulou e a “natural semântica da memória” acrescentam à mensagem uma rica sustentação em conotações partilhadas, garantindo ao grupo uma exclusiva capacidade de interpretação, de ler nas entrelinhas.

Já no início do século passado, Barker (1927, p. 13) considerava que uma nação podia sê-lo não estando vinculada a apenas uma língua (e.g. Suíça, Grã-Bretanha) ou ainda dar-se o caso de uma comunidade alargada de pessoas, contendo várias nações, falar uma língua comum (e.g. falantes da língua inglesa, portuguesa ou castelhana). No entanto, como a “nação é tradição de pensamento e de sentimento, e o pensamento e o sentimento têm profunda congruência com o discurso, há uma relação próxima entre nação e língua”. A língua e a linguagem não são meras palavras, pois elas trazem associações que tocam os sentimentos e os pensamentos, que podem ser partilhados apenas quando os que participam da comunicação têm a chave interpretativa, quando percebem as associações por

---

<sup>14</sup> Castels (2010, pp. 7-9) concorda que todas as identidades são construídas; a construção recorre a “materiais da história, da geografia, da biologia, das instituições produtivas e reprodutivas, da memória coletiva e das fantasias pessoais, dos aparatos de poder e das revelações religiosas” e depende das relações de poder, pelo que propõe 3 formas distintas (identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto).

debaixo das palavras. Segundo o autor, a cristianização, por exemplo, que foi inicialmente feita em grego, trouxe muito do pensamento grego para a cristandade, e depois para a língua da disseminação, o latim, tendo assim entrado, juntamente com a qualidade latina e a sua tradição, no vocabulário (e na identidade cultural) de muitas línguas europeias, cuja base lexical vem em boa medida do latim, como é o caso do inglês, afirma o autor, [mas talvez mais ainda do português e das outras línguas latinas]. E talvez seja por isso, prossegue, que os movimentos nacionais comecem, assim, em boa medida, pelo ressuscitar de uma língua onde procuram a velha alma da nação, que se esconde na profundidade do discurso.

Já Vygotsky (1978) sublinhara que a língua não constituía apenas uma ferramenta técnica, mas ela carregava as características dos contextos em que se desenvolveu, das atividades social e historicamente desenvolvidas, cuja internalização distinguia o ser humano de outros animais e, por isso, separava a psicologia animal da psicologia humana (1978, p. 57). Para Tsui e Tollefson (2007, p. 9), as decisões políticas sobre a(s) língua(s), sendo um artefacto cultural “no qual valores culturais, histórias, tradições e crenças estão incorporados”, são centrais para qualquer país ou nação, uma vez que terão um impacto muito grande sobre as identidades culturais nacionais.

Hobsbawm (1996, pp. 1068-77) havia acrescentado que no passado era normal a coexistência de povos de diferentes línguas, dando, entre outros, o exemplo extremo da Itália que, quando se formou, apenas 2 a 3 por cento falavam a língua italiana em casa. Segundo o autor, em sociedades de comunicação oral, não havia a necessidade de sobreposição entre a língua falada do povo e a língua escrita da minoria letrada, o que só veio a acontecer com o alargamento dos direitos e deveres de cidadania (e.g. escolaridade básica), generalizando-se então uma língua comum, escrita e falada. A ideia de uma língua por país, sublinha, tornou-se parte da aspiração geral de fazer coincidir a nação com o estado, evitando perigos de fragmentação. Sobre o desafio da unidade para os estados multiculturais ou multinacionais, o autor defende que, embora as línguas tenham hoje em dia papéis complementares, os países, especialmente aqueles que resultam de antigas colónias e não têm línguas locais que garantam o acesso à cultura e ao conhecimento universal, deveriam escolher para o ensino uma língua veicular de larga expressão e comunicação com o mundo. Aquilo que se passou, diz, nalgumas antigas colónias dos impérios europeus, onde se tentou afirmar uma língua franca ou crioulo como língua nacional e de cultura, muito para além do valioso papel que podia ter na comunicação pública geral, foi um erro. É muito importante assumir-se a utilização na educação e na cultura de uma língua que dê acesso universal ao conhecimento, sendo que a outra opção significa um risco evidente de balcanização, segundo o autor.

Conforme Lipiansky (1979, p. 11), cada nação tem um universo simbólico que é a principal fonte de legitimidade do poder político, porque este universo abrange os valores e normas fundamentais da sociedade que justificam a ordem social existente. Os indivíduos apropriam-se e

reproduzem os sistemas simbólicos através da “mais poderosa marca de identidade – a língua nacional; sistemas simbólicos “que são co-extensivos à sociedade e que controlam a conduta, uma vez que dão sentido e realidade”.

Apesar de, como já se disse, haver relações diferentes entre estados e línguas, desde aqueles que têm mais do que uma língua oficial àqueles que partilham entre si a mesma língua, Thiesse (1999, pp. 71-4) chama a atenção para a importância da equação “uma língua, uma nação”, que acaba dando ênfase ao princípio herderiano da encarnação da nação na sua língua, e, por outro lado, assumindo a função de substituir uma miscelânea de modalidades linguísticas que respondiam a utilizações diversificadas. Neste sentido, para além de outros instrumentos, a escola constitui uma peça-chave no dispositivo de nacionalização geral, pois aí se aprende, para além da geografia, da história, de ser e pensar nacionalmente, a língua, e se aprende tudo nessa língua (Thiesse, 1999, p. 234).

Embora considere que a língua seja um traço importante da identidade, Edwards (1985, pp. 22-23) não advoga que não seja possível manter a identidade mudando de língua, isto é, vendo a identidade de um grupo como um conjunto mais alargado de traços que os sua. Tal como Renan (1992), que no seu famoso ensaio afirmou que a essência de uma nação é que todos os seus indivíduos tenham muitas coisas em comum e tenham esquecido outras tantas, Edwards defende que todas as línguas transportam identidade, e que, mesmo nos casos em que a língua apenas tem um papel simbólico, ela tem um papel importante.

Na sua versão moderna, o nacionalismo, segundo Kedourie (1998), está intimamente ligado à escolha de uma língua nacional, uma vez que a língua é vista como uma evidência externa da identidade específica de um grupo e elemento decisivo para garantir a sua continuidade. Para Edwards (1985, pp. 23-24), o nascimento do nacionalismo linguístico terá acontecido mais vincadamente com a publicação de um ensaio de Johann Herder, em 1772, que, embora não defendesse a superioridade de nenhuma língua ou nação, discutia a origem das línguas e a importância da língua fundadora da nação, repositório da memória, que deve ser defendida, negando a subjugação a terceiros. Terá sido Johann Fichte (1921), no entanto, o maior responsável por transpor as ideias de Herder para o imaginário sociopolítico através de “Discursos à nação alemã”, proferidos na Academia de Berlin, na transição de 1807 para 1808, em que exultava a língua alemã, afirmando que, de todos os povos teutões, apenas o povo alemão tinha permanecido na sua localização original e mantido e desenvolvido a língua original, sem influência de outras, como o francês havia sido pelo latim. Para si, não se tratava de uma superioridade assente na ancestralidade do povo que falava uma determinada língua, mas antes assente no facto dessa língua original continuar a ser falada, pois “os homens são muito mais formados pela língua do que a língua é formada pelos homens” (Fichte, 1921, p. 55).

Porém, concordamos com Edwards (1985, pp. 1-7) quando diz que as questões relativas à língua e à identidade são bastante complexas e que, na maioria dos casos, sendo alvo do trabalho de muitas disciplinas (e.g. historiadores, sociólogos, psicólogos, linguistas, educadores) e sob diferentes prismas, nem sempre se considera o que é feito em áreas vizinhas. Apesar de ser um entre outros atributos da identidade de grupo, como a idade, o sexo, a classe social, a geografia ou a religião, para si é inquestionável o destaque que a língua merece. Pode dar-se o exemplo da língua portuguesa que, segundo Seabra (1982, p. 106) tem tido um papel na afirmação de novas nacionalidades, sendo na língua que uns são portugueses e que outros são brasileiros, angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos, santomenses, guineenses ou timorenses (e não portugueses), afirmando as suas identidades e soberanias, mas também sendo capazes de, agora mais do que nunca, estabelecerem canais comunicantes entre as suas particularidades e patrimónios comuns<sup>15</sup>.

Aludindo às origens germânicas da tendência para ver na língua um carácter e até mesmo uma espécie de espírito (Humboldt e Herder), assim como à hipótese dos americanos Sapir e Whorf que atribui a cada língua uma visão do mundo intraduzível para qualquer outra, Almeida (2017, pp. 98-108), apesar de aceitar existirem nuances que as tornam nalgumas circunstâncias intraduzíveis, contesta as referências à língua vista “como condicionante de um pensamento, de uma visão do mundo”. Na sua visão, “a língua foi-se desenvolvendo à medida que foram surgindo realidades novas que precisavam de ser nomeadas”. Assim, “à vista desarmada [...] a língua é um pouco de muitas coisas: um repositório das experiências culturais de um povo e reflexo das mundividências diversas ([faz] questão de afirmar, pois *nenhuma cultura é homogénea*) de um povo. Além disso, de algum modo, ela aprisiona os seus falantes em universos particulares, carregados de semânticas específicas partilhadas apenas por determinadas comunidades”. Desse modo, a língua permite estabelecer redes de contacto entre os seus falantes, mesmo que vivam em nações distintas, como acontece na CPLP, abrindo portas à cooperação, valorizando-se mais os aspetos positivos da história comum, de alguma miscigenação, de contágio cultural e das possibilidades de futuro.

Para os propósitos deste artigo, a grande questão sobre a identidade, como refere Guibernau (1997, pp. 82-83), prende-se sobretudo com a identidade que cada um pensa ter, uma interpretação do “eu”, que define o que é e onde está (do ponto de vista psicológico e sociológico), situando a pessoa quanto às suas relações sociais e às suas filiações, cujo critério passará por uma comparação com os outros e por uma certa continuidade no tempo. Isto serve para a ideia de identidade nacional, em que a continuidade “resulta de se conceber a nação como uma entidade historicamente enraizada, que se projeta no futuro” e a diferenciação “provém da consciência de

---

<sup>15</sup> Foi esse reconhecimento que levou um conjunto de estados a assumirem, entre iguais, a decisão política da constituição de uma comunidade internacional de países cuja língua oficial é o português, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

formar uma comunidade com uma cultura partilhada”, neste caso num território, cujas características levam a distinguir os membros face aos outros, os estrangeiros.

Ainda que as reporte como “realidades analiticamente identificáveis que se difundem osmoticamente entre si, concordamos com Almeida (2002, pp. 11-12) quando defende que é preciso distinguir entre o “carácter nacional”, que é o autoconhecimento que um grupo procura ter de si mesmo, um exercício racional para compreensão da realidade, e a “identidade cultural ou nacional”, que “pertence ao reino das emoções, do devir, associações ou identificações que um indivíduo, consciente ou inconscientemente, assume na sua vida. O indivíduo X pode possuir todas as características que nos levariam a afirmar, como um todo, pertencerem ao grupo cultural Y e, ainda assim, por qualquer motivo, a pessoa não se identifica com elas, não as sente”. Esta centralidade dos próprios, daquilo que sentem, também se vendo parte de algo maior em termos identitários, será mais interessante do que atribuir-lhes rótulos a que eles não colem e mais decisiva para entender a sua ação como grupo (ou nação). Almeida (2014), seguindo de perto Lipiansky, fala de dois grandes domínios a partir dos quais um grupo constrói a sua identidade: o da determinação experimentada (conjunto de experiências a que foi exposto, contando fundamentalmente o que viveu até ao início da idade adulta) e o da autodeterminação consciente e voluntária. Num caso e noutro, a língua parece ser, em particular no que concerne ao caso e contexto do nosso estudo, determinante.

### **Língua, identidade e resistência – questionando os próprios**

Para os nossos propósitos estamos com Almeida (1991, p. 495) quando considera que é mais importante identificar as linhas de força emergentes sobre a identidade do que propriamente fazer o debate teórico de conceitos como identidade ou identidade nacional. Neste sentido, interessa-nos identificar as linhas de força da identidade cultural ou identidade nacional, não no sentido de um escrutínio das características efetivamente partilhadas pela comunidade de Timor-Leste, mas antes os traços identitários que os promotores e membros da comunidade escolar do Externato de São José julgavam estar (julgam ter estado, uma vez que nos baseamos em boa medida no que pensam e dizem agora, à distância de alguns anos, embora procurando perceber as duas coisas, a visão da altura e a atual, que podem até, em tese, ser diferentes) a defender, promover e preservar.

O que nos dizem os antigos professores (AP) e antigos estudantes (AE) quando questionados sobre qual a importância e o papel que atribuíam à escola (naquele tempo), quais os traços culturais valorizados, quais os valores defendidos pela escola, em suma, que identidade a escola promovia ou defendia? Nesse quadro, as referências à escolha da escola por causa de ela ser a única onde se podia aprender a e em língua portuguesa são frequentes, para não afirmar unânimes, apesar de, no contexto político e social “indonésio”,

ela se revelar a pior opção individual, do ponto de vista económico e da segurança pessoal. Por que razão era, mesmo assim, atribuída tanta importância à aprendizagem e à preservação da língua portuguesa?

Nas entrevistas, sobressai que a identidade cultural é sedutora (Jenkins, 2004), projetada como uma ligação a algo maior, a nação (Gellner, 1980; Scruton, 1993), que se pretende preservar, defendendo a dignidade de um povo subjugado (Berque, 1978; Guibernau, 1997), onde a língua [portuguesa] é crucial num sistema identitário nacionalista que granjeia forte lealdade (Smith, 1979; Calhoun, 1993; Mayall, 1993; Kedourie, 1998), talvez porque, como fenómeno subjetivo, que tem tanto de representação como de sentimento (Lipiansky, 1991), ela seja a “mais poderosa marca de identidade” (Lipiansky, 1979):

“[...] única escola que conservava a língua portuguesa da identidade, dos valores socioculturais de um povo [...] queriam dismantelar tudo” [AE1];

“[...] existia um lema ”ite et docete” em latim, entendida como “ide e ensina”, que implicava ser exemplo na defesa da identidade cultural de Timor, em que a língua portuguesa é uma das componentes [...] a imagem do timorense culto numa cultura latino-timorense era o objectivo subjacente dos educadores, embora nem todos os alunos percebiam isso” [AE2];

“[...] uma escolha sem futuro, estudar por estudar, para saber, só para estudar uma cultura, uma língua; o traço essencial era a língua portuguesa, uma cultura!” [AE3];

“[...] veículo que transporta história e cultura há 5 séculos [AP1].

“[...] nós quando falamos português temos um umbigo ligado à Europa, nos cinco continentes temos irmãos, é a nossa identidade” [AE3].

Assim, como se vê, a língua vista como repositório da história, da cultura e dos valores que resultam do convívio e da fusão, ao longo de cinco séculos, das culturas timorense e portuguesa, além de constituir um laço de solidariedade com uma comunidade linguística (Guibernau, 1997; Lipiansky, 1991), com laços históricos e culturais: Repositório, e, também por isso, funcionando, associada a outros traços, como instrumento de preservação e ou aprofundamento da singularidade, importante marca distintiva face a outros povos (Jenkins, 2004), neste caso ao invasor:

“[...] o que distingue a identidade timorense (...) da parte ocidental de Timor é o catolicismo e a língua portuguesa; aquilo que nos distingue dos outros é a cultura lusófona, a cultura latina e católica” [AE2];

“[...] uma civilização, que não cedeu, e resistiu!; sem armas, uma luta pela identidade muito subtil e muito elegante! A elegância está aí na língua, está aí na cultura, na maneira de ser diferente” [AE3].

Além da diferença cultural, o uso do português foi o baluarte de resistência (elegante, cultural) e da soberania desejada, crucial na comunicação entre a guerrilha e a diáspora, como entre as redes clandestinidade e o povo “ocupado”, porque os indonésios, mesmo que tivessem tradutores, não a compreendiam, porque, no fundo, como já havia afirmado Barker (1927), a nação é tradição de pensamento

e sentimento, em que a língua, com suas nuances contextuais (chave de interpretação), ocupa papel central. Adaptando o que Steiner (1975) evidenciou, a separação da língua portuguesa face à indonésia permitia ao grupo manter em segredo as suas fontes de identidade, herdadas e singulares, mantendo perspectivas distintas sobre a realidade e protegendo o caráter distintivo do grupo:

“[...] era a língua para a transmissão do segredo” [AE3].

Como Vigotsky (1978), que defendia que a língua não era mera ferramenta, mas transportava os contextos em que se desenvolveu, muitos acreditam que o português moldou profundamente a identidade timorense, pois mesmo aqueles timorenses que apenas falam tétum, para comunicar com os outros grupos etnolinguísticos existentes, fazem-no recorrendo a uma boa parte de léxico pertencente à língua portuguesa, desde tempos imemoriais:

“[...] a língua portuguesa criou essa identidade do povo timorense, uma perspectiva própria que deu a timoridade, criou uma cultura própria, diferente, falamos a língua portuguesa, mas não somos portugueses, a cultura tem muitas coisas que vieram com a língua, mas somos diferentes, a gente até diz que o povo timorense ganhou a sua identidade, o seu batismo, a partir de 1515, a partir daí é que se construiu o povo de Timor” [AP2];

“[...] os que não falam português, mesmo os analfabetos, usam a palavra portuguesa para exprimir ideias; a língua portuguesa moldou o sentimento timorense” [AP3].

Ainda que Almeida (2017) conteste as referências à língua como condicionante do pensamento e da visão do mundo, vê nela um importante repositório cultural, um reflexo das mundividências diversas de um povo (ou povos), e por isso um universo carregado de semânticas partilhadas apenas por quem a vive, o que também abre portas à cooperação e à valorização dos aspetos positivos da história comum, como refere AE3 sobre os “irmãos” nos cinco continentes.

Por outro lado, sendo o ensino todo em português, é nessa língua que se aprende a pensar nacionalmente (Thiesse, 1999). A escolha da única língua internacional com enraizamento na tradição timorense capaz de abrir as portas do conhecimento universal, conforme advogava Hobsbawm (1996), permitiria também o acesso a outras culturas e a outras formas de estruturar o pensamento:

“[...] dominar o português dá acesso à maioria das línguas latinas, à forma de pensar, de articular (...) e até a organização das ideias e expressão em tétum é mais clara” [AE2].

“[...] que integra os timorenses na sociedade cultural (outras línguas não são parte da tradição timorense); diferenciação de Timor Ocidental (colonizado por holandeses e parte da Indonésia); o tétum não é veículo para o desenvolvimento de Timor” [AP1].

## Considerações finais

Longe do debate teórico em torno do conceito de identidade, mas considerando a identidade cultural (nacional) um caso de adesão pessoal, ao contrário de carácter nacional, na esteira de Almeida (2002), interessou-nos saber como é que os próprios, antigos professores e alunos do Externato de São José, viam o papel da língua portuguesa na preservação e afirmação de uma determinada identidade timorense, confirmando-se, na senda de Lipiansky (*apud* Almeida, 2014), dois grandes domínios a partir dos quais um grupo constrói a sua identidade: o da determinação experimentada (o ensino em português na escola) e o da autodeterminação consciente e voluntária (a escolha política da língua para resistir à invasão e com vista a um futuro político independente).

A análise de um conjunto de seis entrevistas a antigos professores e estudantes, de um conjunto mais vasto a realizar no âmbito de uma investigação mais alargada sobre aquela escola e a identidade que esta afirmava estar a defender, evidenciará uma visão geral da língua como traço decisivo da identidade cultural (nacional), cumprindo o pressuposto de que ela é vista, quer pelas sociedades, quer pelos académicos, como mais do que uma mera ferramenta de comunicação, num quadro de notável simbolismo, em especial em contextos em que é eminente a oposição face a outras culturas ou povos.

Parece confirmar-se, entre os timorenses entrevistados, uma visão da língua portuguesa como repositório da cultura de um povo, da sua história, das suas heranças, das suas vivências, o que, neste caso, inclui ainda ser o repositório de vivências partilhadas com outros povos e culturas, onde essa língua também vive, tornando-a, nesse caso, a confluência de repositórios de culturas, histórias e memórias, algumas exclusivamente contruídas nessa relação. Assim, ela é tida como sendo uma teia de vasos comunicantes que cobre e liga diversos territórios geográficos e culturais, património (ou matrimónio) comum de conhecimentos e sentimentos, que se enriquece ao longo de uma história, inclusive a partir da diversidade semântica e apropriação lexical (conforme tem acontecido com termos provenientes das línguas locais onde o português se afirmou)<sup>16</sup>. A língua terá ajudado a moldar a identidade timorense nesta fusão de culturas, das culturas (e línguas) dos diferentes grupos etnolinguísticos timorenses, que o académico timorense Vicente Paulino (2011) chega a designar por “manta de retalhos”, e da cultura portuguesa (ou latina, se considerarmos as origens do português). A língua portuguesa, sem a qual as semelhanças com o outro lado da ilha se denunciariam, será, por tudo isso, percebida como veículo fundamental da continuidade de um povo nascido de uma fusão cultural secular, um território onde consciente e subconsciente, assim

---

<sup>16</sup> Existem várias palavras na língua portuguesa que têm origem nas línguas autóctones dos vários países e regiões com os quais os portugueses têm relações históricas. Das línguas autóctones de Timor-Leste, como o tétum, vieram, por exemplo, *liurai*, *catuas*, *barlaque*, *bataúda*, *aió*, *dató*.



como herança e transformação se encontram em diálogo permanente e, por vezes, controverso, entre o passado e o futuro, quer seja em termos individuais quer seja em termos coletivos.

Igualmente se evidencia, como advoga Guibernau (1997), que a língua, como baluarte do nacionalismo ou patriotismo, também pode ser vista como a defesa da dignidade de um povo, do seu direito a existir com a sua cultura, no fundo, do direito à sua especificidade. Neste caso, a língua portuguesa terá sido vista pela comunidade escolar do Externato de São José como um dos traços que moldou a identidade cultural timorense ao longo de cinco séculos, distinguindo-os dos habitantes da outra metade indonésia da ilha, e, desse modo, ela foi considerada traço decisivo de resistência elegante à invasão e à integração cultural, essencial para preservar a identidade cultural própria de um povo que reclama diferença face ao invasor. Foi também, nesta resistência, a língua do segredo de que falava Steiner (1975), mantendo inacessíveis aos invasores as suas fontes de identidade herdadas e singulares, mantendo perspectivas distintas sobre a realidade e protegendo o carácter distintivo do grupo.

Neste sentido, na tipologia definida por Castels (2010), estaremos aqui perante uma identidade de resistência – em que a língua ocupa lugar importante – que acabou por se tornar, com a independência do País, uma efetiva identidade de projeto, confirmando o ato visionário dos seus fundadores.

Podemos dizer, ao jeito de Gellner (1993), que esta defesa da identidade timorense assume a defesa de um princípio nacionalista “num espírito ético e universalista”, quando os próprios afirmam, por exemplo, a sua identidade ligada à cultura latina (em sentido lato) e aos outros países lusófonos, em vez de reclamar uma atitude essencialista. Aliás, por tudo isto, será importante reconhecer, valorizar e respeitar na língua uma semântica específica, do contexto onde ela evoluiu e vive, conforme refere Almeida (2017), pois ela é decisiva para os povos, quer seja para defenderem a sua dignidade, quer seja para o entendimento mútuo e a construção de melhores relações, abrindo as portas, como diz, a um mundo de possibilidades de cooperação e, acrescentaríamos, de laços fraternais e promotores de paz.

Tratar-se-á, como diz um antigo professor (AP2), da formação da *timoridade*, até por distinção face à portugalidade, para que não haja equívocos identitários, embora o mesmo defenda o decisivo papel da língua portuguesa, e da confluência nela das várias culturas em presença, mas também, como se pode notar nas entrevistas, com abertura aos outros e, sobretudo, como defendia Hobsbawm (1996), abrindo as portas do acesso ao conhecimento universal, coisa que o tétum não faz e as outras línguas em disputa (inglês e indonésio) não podem fazer sem colocar perigos à afirmação da soberania. Nas mentes e corações dos seus promotores, assim como de todos os que deram vida à escola, parece ter estado uma visão identitária na senda do que afirmou um dia o filósofo George Santayana (*apud* Almeida, 2014, p. 29): “os pés de um homem devem estar plantados na sua terra, mas os seus olhos devem mirar o mundo todo”.

## Financiamento

Este trabalho foi financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/125360/2016, e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/CED/00194/2019.

## Agradecimento

A todos os antigos professores e estudantes do Externato de São José que se disponibilizaram para colaborar neste estudo.

## Referências bibliográficas

- Almeida, O. T. (1991). A Questão da Identidade Nacional na Escrita Portuguesa Contemporânea. *Hispania*, 74(3): 492-500, Special Issue Devoted to Luso-Brazilian Language, Literature, and Culture (Sep., 1991).
- Almeida, O. T. (2002). National Identity – a Revisitation of the Portuguese Debate. *National University of Ireland Maynooth Papers in Spanish, Portuguese and Latin American Studies*, 5 (october)
- Almeida, O. T. (2014). *Mínima Açórica. O Meu Mundo é Deste Reino*. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas.
- Almeida, O. T. (2017). *A Obsessão da Portugalidade*. Lisboa: Quetzal.
- Anderson, B. (1983/2006). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Revised Edition. London/New York: Verso.
- Araújo, A., & Gonçalves, J. A. (2012). *Autobiografia de Abílio Araújo: Dato Siri Loe II*. Lisboa: Aletheia.
- Assembleia Constituinte da República Democrática de Timor-Leste (ACRDTL) (2002). *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. (Reimpressão 2017, português/tétum). Díli: Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste.
- Barbedo de Magalhães, A. (1999). *Timor Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia*. Lisboa: Gradiva / Fundação Mário Soares.
- Beck, M. (2008). The Context and History of the Education Sector in Timor-Leste. In J. Earnest (Ed.). *Rebuilding Education & Health in a Post-Conflict Transitional Nation. Case Studies from Timor-Leste*. Rotherdam: Sense Publishers.
- Berenskoetter, F. (2017). Identity in International Relations. In: Robert A. Denemark (Ed.). *The International Studies Encyclopedia, IV*. Oxford: Wiley-Blackwell, 3594–3611.
- Berque, J. (1978). Identités collectives et sujets de l'histoire. In Guy Michaud (dir.) *Identité collective et relations interculturelles*. Bruxelles: Complexe.
- Calhoun, G. (1993). Nationalism and Ethnicity, *Annual Review of Sociology*, 19: 211-239.
- Castells, M. (2010). *The Information Age: Economy, Society and Culture, Volume II: The Power of Identity*. Oxford: Blackwell.
- Costa, L. (2004). Externato de São José, *Semanário: em língua portuguesa – Jornal Nacional*, ano 0, 11, março, pp. 5.
- Costa, L. (2014). *Conversa entre o fundador e diretor do Externato de São José, Pe. Leão da Costa, e Ângelo Ferreira sobre os fundamentos da escola (gravada)*, 15 de maio.
- Costa, L. (s/d). Português - Língua oficial de Timor Leste: Uma conquista ou uma utopia?, *O Clarim – jornal da diocese de Macau*.
- Edwards, J. (1985). *Language, Society and Identity*. Oxford: Blackwell.
- Fearon, J. D. (1999). *What Is Identity (as We Now Use the Word)? Unpublished manuscript*. Stanford, California: Stanford University.
- Felgueiras, J. (2001). As Raízes da Resistência. In Stock, M. J. (Dir.). *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 14: 42-49.
- Felgueiras, J., & Martins, J. A. (2006). *Nossas Memórias de Vida em Timor*. Braga: Editorial A. O.
- Fichte, J. G. (1808/1921). *Addresses To The German Nation*. Chicago and London: The Open Court Publishing Company.
- Gellner, E. (1983/1993). *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.
- Guibernau, M. (1997). *Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Guterres, F. (2014). *Timor: Paraíso Violentado*. Lisboa: Lidel.
- Hall, S. (1996). The Question of Cultural Identity. In Stuart Hall, David Held, Don Hubert & Kenneth Thompson (eds). *Modernity: An Introduction to Modern Societies*. Oxford: Blackwell. 596-634.
- Hobsbawm, E. (1996). Language, Culture, and National Identity, *Social Research*, 63(4) (Winter): 165-1080.
- Hobsbawm, E., & Ranger, T. (1984) (Orgs.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Hopf, T. (1998). The Promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, 23(1): 171-200.
- Hull, G. (2001). *Timor-Leste – Identidade, língua e política nacional*. Lisboa/Dili: Instituto Camões.
- Huntington, S. P. (1999a). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.
- Huntington, S. P. (1999b). O Choque das Civilizações? In Huntington, et al. *O Choque das Civilizações? O Debate sobre a tese de Samuel P. Huntington*. Lisboa: Gradiva. pp. 7-32.
- Jenkins, R. (2004). *Social Identity*. (Second Edition). New York: Routledge.
- Jerónimo, A. C. (2011). *Formação contínua de professores do ensino não superior em Timor-Leste*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Kedourie, E. (1961/1998). *Nationalism*. Oxford: Blackwell.
- Lipiansky, E. M. (1979). *L'âme française ou le National – Libéralisme*. Paris: Editions Anthropos.
- Lipiansky, E. M. (1991). *L'identité française. Représentations, mythes, idéologies*. La Garenne-Colombes: Editions de l'Espace européen.
- Maalouf, A. (2000). *On Identity*. London: The Harvill Press.
- Martins, J. A. (2014). *Da cruz ao Sol Nascente: Experiência de um jesuíta em Timor-Leste de 1974 a 2012*. Braga: Editorial A. O.
- Mattoso, J. (2005). *Dignidade: Konis Santana e a Resistência Timorense*. Lisboa: Temas e Debates.
- Mayall, J. (1993). *Nationalism and international society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norton, B. (2000). *Identity and Language Learning: Gender, Ethnicity and Educational Change*. Harlow: Pearson Education.
- Paulino, V. (2011). Cultura e Múltiplas identidades linguísticas em Timor-Leste. In Correia, A. M. & Sousa, I. C. (Org.). *Lusofonia enredada: culturas*. Macau: Saint Joseph Academic Press, pp.70-78.
- Pires, P. (2013). *Timor: Labirinto da Descolonização*. Lisboa: Edições Colibri.
- Reid, T. (1875). *On The Intellectual Powers of Man*. Vol. I. Dublin: Printed for L. White.
- Renan, E. (1882/1992). *Qu'est-ce qu'une nation?: et autres essais politiques*. Paris: Pocket.
- Scruton, R. (1980). *The Meaning of Conservatism*. Harmondsworth: Penguin.
- Seabra, J. A. (1982). Algumas reflexões sobre o carácter nacional, *Nação e Defesa*, Ano VI; N° 23 (Jul-Set 1982), pp. 94-106.
- Seabra, J. A. (1990). A Identidade Cultural Portuguesa. Um Personalismo Universalista, *Nação e Defesa*, n° 53, Ano XV; N° 53 (Janeiro-Março 1990), pp. 87-102.
- Sen, A. (2008). Violence, Identity and Poverty, *Journal of Peace Research*, 45(1), pp. 5-15.
- Sen, A. (2015). *Identity and Violence: The Illusion of Destiny*. London: Penguin.
- Smith, A. D. (1979). *Nationalism in the Twentieth Century*. Canberra: Australian University Press.
- Smith, A. D. (1995). *Nations and Nationalism in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.
- Smith, A. D. (2015). Nations Before Nationalism? Myth and symbolism in John Armstrong's perspective. *Nations and Nationalism*, 21(1): 165-170.
- Steiner, G. (1975/1992). *After Babel: aspects of language and translation*. Oxford: Oxford University Press.
- Thiesse, A-M. (2000). *A Criação das Identidades Nacionais*. Lisboa: Temas & Debates.
- Thomaz, L. F. F. R. (2002). *Babel Loro Sa'e: O Problema Linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Camões.
- Tsui, A. B. M. & Tollefson, J. W. (2007). Language policy and the Construction of National Cultural Identity. In Amy B. M. Tsui & James W. Tollefson (Ed.). *Language Policy, Culture, and Identity in Asian Contexts*. New York / London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Vygotsky, L. (1978). *Mind in society*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ximenes Belo, C. F. (2008). A Língua Portuguesa em Timor-Leste. *Página Web da Agência Ecclesia – Agência de Notícias da Igreja Católica em Portugal*, consultada em 19 de junho em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/dossier/a-lingua-portuguesa-em-timorleste/>
- Ximenes Belo, C. F. (2013). *História da Igreja em Timor-Leste: 450 Anos de Evangelização (1562-2012). 1º Volume: 1562-1940*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.